

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA FATOR SEGURADORA S.A.

Senhores acionistas, Apresentamos o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Fator Seguradora S.A. ("Seguradora" e/ou "Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, apurados com base na regulamentação vigente, elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

A Seguradora opera nos ramos de garantias de obrigações públicas e privadas, fiança locatícia, riscos de engenharia, riscos diversos e riscos operacionais, que fazem parte dos riscos de infraestrutura, e em riscos de responsabilidades civil.

A Seguradora é especialista nos ramos relacionados à infraestrutura de forma abrangente e conta com um quadro funcional experiente, sistemas de última geração, contratos com resseguradores nacionais e internacionais e estrutura eficiente de distribuição, através de corretores de seguros focados nos mesmos ramos.

É propósito da Seguradora continuar operando nos mesmos segmentos, nos quais tem provada experiência.

Desempenho operacional

A Seguradora apurou lucro líquido no exercício de 2022 de R\$ 22.648 mil (R\$ 906 mil em 2021).

A Seguradora durante o ano de 2022 apresentou Prêmios Emitidos Líquidos de R\$ 614.119 mil,

crescimento de 36,3% em comparação com R\$ 450.575 mil no mesmo período de 2021, refletido pelos negócios de Garantia, Patrimoniais e Responsabilidade com crescimentos de 21%, 44% e 21%, respectivamente.

O resultado de 2022 foi principalmente sustentado pelo volume de receita com aplicações financeiras decorrentes da alta na taxa Selic e aumento dos volumes de ativos, gerados pelo crescimento da operação.

Em 16 de maio de 2022 a Administração realizou o pagamento de Dividendos no montante de R\$20.000. (Em 2021 a Administração decidiu pelo não pagamento de Dividendos) e em 30 de dezembro de 2022 a Administração realizou o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$12.579. (Em 2021 a Administração decidiu pelo não pagamento de Juros sobre o Capital Próprio).

O Estatuto Social da Seguradora determina a constituição de reserva legal no valor de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício e reserva estatutária no limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

Os ativos líquidos da Seguradora garantem sua solidez financeira e o valor do patrimônio líquido supera o exigido pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para operar em todo território nacional.

A Seguradora administra, em conjunto com consultores jurídicos externos, processos judiciais e

mantém provisões contábeis para todos os processos que apresentam situação de perda provável.

Governança corporativa

A Seguradora está em constante aprimoramento de controles internos e melhorias dos processos operacionais, buscando a excelência na operação técnica, gestão de riscos e combate a fraudes.

Perspectiva

A Seguradora mantém suas expectativas e foco contínuo no crescimento sustentável de suas operações, bem como a manutenção dos investimentos previstos para o futuro.

Agradecimentos

A Diretoria agradece especialmente aos clientes e aos corretores de seguros, que honram esta Seguradora com sua confiança, aos resseguradores ou valoroso apoio recebido e aos colaboradores pelo profissionalismo colocado a serviço da Seguradora.

Agradecemos também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização ("CNSeg"), à Federação Nacional de Seguros Gerais ("FenSeg") e ao Sindicato das Empresas de Seguros, Resseguros e Capitalização do Estado de São Paulo ("Sindseg"), pelo apoio recebido.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)			
ATIVO	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		1.262.688	972.337
Disponível		13.940	7.900
Caixa e bancos	6e e 7	13.940	7.900
Aplicações	6e e 8	388.020	357.966
Créditos das operações com seguros e resseguros	6e	243.811	175.853
Prêmios a receber	10	193.131	145.360
Operações com seguradoras	6b	20.603	5.927
Operações com resseguradoras	6e	30.077	24.567
Outros créditos operacionais	11 6e	673	2.561
Ativos de resseguro	16d	554.069	373.073
Títulos e créditos a receber	6e	11.052	21.480
Títulos e créditos a receber	6e	11	10
Ressarcimentos a receber	6e	—	14.734
Créditos tributários e previdenciários	12	8.204	6.515
Outros créditos	6e	2.837	221
Outros valores e bens		—	4.466
Despesas antecipadas	6f	342	68
Custos de aquisição diferidos		50.781	28.970
Seguros	16b	50.781	28.970
Ativo Não Circulante		134.826	128.034
Realizável a longo prazo		119.970	121.907
Créditos das operações com seguros e resseguros	6e	14.202	15.763
Prêmios a receber	10	14.171	15.465
Operações com seguradoras	6b	8	31
Operações com resseguradoras	16d	69.809	64.632
Títulos e créditos a receber	6e	8.936	13.802
Títulos e créditos a receber	6e	1.566	1.566
Créditos tributários e previdenciários	12	7.316	12.182
Depósitos judiciais e fiscais	13b	54	55
Outros valores e bens	14	2.846	2.284
Custos de aquisição diferidos		24.177	25.426
Seguros	16b	24.177	25.426
Investimentos	6f	4.763	289
Participações societárias		297	289
Obras de arte		4.466	—
Imobilizado	3i	10.093	5.839
Bens móveis		8.480	1.394
Outras imobilizações		1.613	4.445
Total do ativo		1.397.514	1.100.371

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO			
Notas	31/12/2022	31/12/2021	
Circulante	1.063.963	759.899	
Contas a pagar	6e	21.774	16.730
Obrigações a pagar		9.576	5.110
Impostos e encargos sociais a recolher		8.281	7.816
Encargos trabalhistas		3.856	3.194
Impostos e contribuições		61	610
Débitos das operações com seguros e resseguros	6e	289.561	212.788
Prêmios a restituir		9.466	341
Operações com seguradoras	10.1	24.552	9.122
Operações com resseguradoras	10.2	229.060	185.450
Corretores de seguros e resseguros	10.3	26.247	17.813
Outros débitos operacionais	21a	236	62
Depósitos de terceiros	6e e 18	11.088	30.564
Provisões técnicas - seguros	16a	741.457	499.740
Danos		741.457	499.740
Outros débitos		83	77
Provisões judiciais	13	83	77
Passivo Não Circulante		157.888	154.878
Contas a pagar		5.014	1.306
Obrigações a pagar	6e	5.014	1.306
Débitos das operações com seguros e resseguros	6e	8.876	9.646
Operações com seguradoras	10.1	909	1.563
Operações com resseguradoras	10.2	5.638	5.714
Corretores de seguros e resseguros	10.3	2.929	2.368
Provisões técnicas - seguros	16a	143.619	143.871
Danos		143.619	143.871
Outros débitos		379	54
Provisões judiciais	13	379	54
Patrimônio Líquido	20	175.663	185.594
Capital social	20a	146.480	146.480
Reservas de lucros	20d	29.183	39.114

Total do passivo e patrimônio líquido **1.397.514** **1.100.371**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					
	Notas	Capital social	Legal	Estatutária	Total das reservas de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		146.480	20.396	17.812	38.208	184.686
Lucro líquido do exercício de 2021		—	906	906	906	906
Reserva legal	15.d	—	45	(45)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2021		146.480	20.441	18.673	39.114	185.594
Lucro líquido do exercício de 2022		—	22.648	22.648	22.648	22.648
Dividendos de exercícios anteriores, conforme AGE de 16 de maio de 2022, R\$20.000 a razão de R\$1.66 por ação		—	(20.000)	—	—	(20.000)
Reserva legal	15.d	—	1.132	(1.132)	—	—
Juros sobre capital próprio	15.c	—	—	(12.579)	—	(12.579)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		146.480	21.573	7.610	29.183	175.663

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fator Seguradora S.A. ("Seguradora" e/ou "Companhia"), com sede na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, 387 - 5º e 6º andares, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, opera em todo território nacional, especificamente, nos ramos de garantia de obrigações públicas e privadas, fiança locatícia, riscos de engenharia, riscos operacionais, riscos nucleares, riscos diversos, responsabilidades de administradores e diretores (D&O), responsabilidade de profissionais (E&O) e responsabilidades civil geral (RCG). A Seguradora integra o Conglomerado Fator e é controlada diretamente pelo Banco Fator S.A, seu único acionista.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pronunciamentos técnicos e orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.

b) Normas e alterações de normas

Em 12 de novembro de 2021, a SUSEP emitiu a Circular nº 648 e alterações posteriores, instituindo o novo plano de contas e modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, com vigência a partir da data de sua publicação, revogando assim a circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015.

c) Comparabilidade

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2022 está sendo apresentado comparativamente com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021 conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, emitido pelo comitê de pronunciamentos contábeis e da Circular SUSEP 648/21 e suas alterações posteriores.

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. Os ativos financeiros foram classificados na categoria ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

e) Demonstração dos resultados abrangentes

A demonstração dos resultados abrangentes compreende, quando aplicável, itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado, conforme requerido ou permitido pelos CPCs.

f) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade em continuar as operações e está convencida de que a Seguradora possui recursos suficientes para dar continuidade aos seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a continuidade dos negócios.

g) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para riscos sobre créditos, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, revisados periodicamente pela Seguradora. A divulgação das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2023.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir e foram aplicadas consistentemente nos períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda funcional Reais (R\$). As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira, resultantes da sua liquidação e conversão de saldos na data do balanço, não são reconhecidos no resultado.

b) Caixas e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em conta corrente, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias entre a data de aquisição e vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores das provisões técnicas.

c) Ativos financeiros

A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas categorias: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros, determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; e
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros e ajustes de avaliação ao mercado, incluídos na rubrica "Resultado financeiro", no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Seguradora tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Correspondem a ativos financeiros não derivativos que não são classificados nas categorias (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste com títulos e valores mobiliários", líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários, no patrimônio líquido.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

d) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de sua propriedade. Quando não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e benefícios, a Seguradora avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar sua manutenção no ativo.

A Seguradora baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

e) Reclassificação de ativos financeiros

A Seguradora não reclassifica um ativo financeiro da categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele estiver na carteira, de acordo com as especificações do CPC 38:

Um instrumento financeiro derivativo não deve ser reclassificado de ou para a categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele é mantido ou emitido.

Um instrumento mensurado ao valor justo por meio do resultado não deve ser reclassificado se ele obtve essa classificação no reconhecimento inicial.

As demais reclassificações de ativos financeiros devem ser feitas ao valor justo na data do evento. Este valor justo se torna o novo custo do ativo e não é permitida reversão de ganhos ou perdas referentes ao valor justo reconhecido antes da reclassificação. Na data da reclassificação, deve ser realizado o novo cálculo da taxa efetiva de juros para investimentos mantidos até o vencimento e para empréstimos e recebíveis. Aumentos subsequentes nas estimativas de fluxos de caixa futuros ajustam a nova taxa de juros prospectivamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

A Seguradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

g) Prêmios de seguros, receitas e despesas de comercialização

Os prêmios de seguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando a vigência do risco. A Seguradora não possui operações de retrocessão.

As receitas e despesas de comercialização são diferenciadas e apropriadas ao resultado durante a vigência dos seguros. Para as operações de seguros do ramo DPVAT as receitas e despesas são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. O valor recuperável dos prêmios de seguros é apurado com base em estudo técnico desenvolvido pela Administração da Seguradora, que leva em consideração o histórico de perdas incorridas e os riscos de inadimplência, conforme o cliente e a severidade do atraso verificado, conforme permitido pela Circular SUSEP 648 de 12 de novembro de 2021. A Seguradora constitui provisão relativa a riscos vigentes e não emitidos com base em nota técnica atuarial.

h) Investimentos

Os investimentos, no ativo permanente, referem-se, substancialmente, a Obras de Arte (Quadros pintor João Câmara) adquiridos em 2020 em termo de dação para quitação de prêmios de seguro, que em dezembro de 2022 foi transferido para conta de investimentos, além da participação na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., registrados com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

i) Imobilizado

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear sobre o custo de aquisição corrigido com as seguintes taxas anuais: 20% para processamento de dados, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros de acordo com o período de locação do imóvel e 10% para móveis e utensílios. As benfeitorias em imóveis de terceiros estão demonstradas ao custo de aquisição, depreciadas pelo método linear com base no prazo estimado de benefício.

A baixa de imobilizado ocorre por venda ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

j) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados com base na expectativa de vida útil remanescente.

k) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

O valor contábil líquido dos ativos não financeiros é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

Há uma política de resseguro definida, revisada no mínimo anualmente. Para essa definição, são considerados riscos a ressegurar, listas de resseguradoras e graus de concentração. Os contratos de resseguro consideram coberturas proporcionais e não proporcionais, que podem ser combinadas para reduzir a exposição da Seguradora da forma mais adequada.

Desenvolvimento de sinistros

As tabelas abaixo apresentam a evolução de desenvolvimento de sinistros administrativos e de sinistros judiciais acumulada, bruta e líquida de resseguros, das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente.

Sinistros administrativos - bruto de resseguro

Data de Ocorrência	Dez - 17	Dez - 18	Dez - 19	Dez - 20	Dez - 21	Dez - 22
No ano de divulgação	112.846	126.040	224.468	531.581	645.601	751.100
1 ano depois	119.627	127.249	242.352	550.404	645.601	-
2 anos depois	120.115	127.624	253.738	565.284	-	-
3 anos depois	120.455	127.944	267.578	-	-	-
4 anos depois	120.455	128.559	-	-	-	-
5 anos depois	120.455	-	-	-	-	-
(+) Estimativa corrente	120.455	128.559	267.578	565.284	645.601	751.100
(-) Pagamentos acumulados até a data-base	73.089	79.517	173.170	432.041	467.794	478.159
(=) Passivo reconhecido no balanço	-	-	-	-	-	272.941
(-/-) Falta acumulada	-	-	-	-	-	-
(=) Total de PSL Administrativa	-	-	-	-	-	272.941

Sinistros administrativos - líquido de resseguro

Data de Ocorrência	Dez - 17	Dez - 18	Dez - 19	Dez - 20	Dez - 21	Dez - 22
No ano de divulgação	2.543	6.669	58.861	75.268	115.636	113.676
1 ano depois	3.433	6.024	62.376	62.962	95.802	-
2 anos depois	2.628	6.124	62.544	77.841	-	-
3 anos depois	2.760	6.241	62.822	-	-	-
4 anos depois	2.760	6.515	-	-	-	-
5 anos depois	2.710	-	-	-	-	-
(+) Estimativa corrente	2.710	6.515	62.822	77.841	95.802	113.676
(-) Pagamentos acumulados até a data-base	(44.656)	15.107	108.760	66.222	76.459	79.846
(=) Passivo reconhecido no balanço	-	-	-	-	-	33.830
(-/-) Falta acumulada	-	-	-	-	-	-
(=) Total de PSL Líquida Administrativa	-	-	-	-	-	33.830

Sinistros judiciais - bruto de resseguro

Data de Ocorrência	Dez - 17	Dez - 18	Dez - 19	Dez - 20	Dez - 21	Dez - 22
No ano de divulgação	18.573	19.358	19.888	21.259	21.919	22.663
1 ano depois	19.358	19.888	20.956	22.072	22.663	-
2 anos depois	19.888	21.259	21.351	22.072	-	-
3 anos depois	21.259	21.919	21.351	-	-	-
4 anos depois	21.919	22.663	-	-	-	-
5 anos depois	22.663	-	-	-	-	-
(+) Estimativa corrente	22.663	22.663	21.351	22.072	22.663	22.663
(-) Pagamentos acumulados até a data-base	335	865	865	871	871	871
(=) Passivo reconhecido no balanço	-	-	-	-	-	21.792
(-/-) Falta acumulada	-	-	-	-	-	-
(=) Total de PSL Judicial	-	-	-	-	-	21.792

Sinistros judiciais - líquido de resseguro

Data de Ocorrência	Dez - 17	Dez - 18	Dez - 19	Dez - 20	Dez - 21	Dez - 22
No ano de divulgação	3.715	3.688	3.741	4.604	4.486	5.035
1 ano depois	3.688	3.741	4.515	4.513	5.095	-
2 anos depois	4.112	4.961	4.270	4.513	-	-
3 anos depois	5.332	5.450	4.270	-	-	-
4 anos depois	5.821	6.194	-	-	-	-
5 anos depois	6.565	-	-	-	-	-
(+) Estimativa corrente	6.565	6.194	4.270	4.513	5.095	5.035
(-) Pagamentos acumulados até a data-base	-	-	-	-	-	310
(=) Passivo reconhecido no balanço	-	-	-	-	-	4.725
(-/-) Falta acumulada	-	-	-	-	-	-
(=) Total de PSL Líquida Judicial	-	-	-	-	-	4.725

Análise de sensibilidade

O teste de sensibilidade foi elaborado considerando uma alteração na principal variável que poderia impactar o patrimônio líquido.

Na avaliação foram consideradas variações na ordem de 5% e 10%. Os resultados consideram o impacto no resultado antes dos impostos e no patrimônio líquido conforme abaixo:

Fator de sensibilidade - prêmios	Impacto no resultado antes dos impostos	Impacto no patrimônio líquido (*)
Em 31 de dezembro de 2022:		
Redução de prêmios emitidos em 5%	(3.920)	(2.793)
Redução de prêmios emitidos em 10%	(7.840)	(5.586)
Em 31 de dezembro de 2021:		
Redução de prêmios emitidos em 5%	(1.087)	(775)
Redução de prêmios emitidos em 10%	(2.175)	(1.549)

Fator de sensibilidade - sinistros

Fator de sensibilidade - sinistros	Impacto no resultado antes dos impostos	Impacto no patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022:		
Aumento de sinistros em 5%	(2.236)	(1.593)
Aumento de sinistros em 10%	(4.471)	(3.186)
Em 31 de dezembro de 2021:		
Aumento de sinistros em 5%	(2.026)	(1.444)
Aumento de sinistros em 10%	(4.052)	(2.887)

Fator de sensibilidade - despesas administrativas

Fator de sensibilidade - despesas administrativas	Impacto no resultado antes dos impostos	Impacto no patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022:		
Aumento das despesas administrativas em 5%	(2.218)	(1.581)
Aumento das despesas administrativas em 10%	(4.437)	(3.161)
Em 31 de dezembro de 2021:		
Aumento das despesas administrativas em 5%	(582)	(415)
Aumento das despesas administrativas em 10%	(1.165)	(830)

(*) Líquido de imposto de renda e contribuição social conforme alíquotas descritas na Nota nº 3.

Concentração de riscos - carteira e área geográfica

A Seguradora considera como baixo o risco a potenciais exposições por região geográfica, tendo em vista as características dos riscos que opera.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e por grupos de ramos com base no prêmio bruto e no prêmio líquido de resseguro:

Distribuição de prêmio bruto de resseguro								
Região Geográfica	Patrimônio líquido	Resposta-bilidade	Riscos Financeiros	Total (*)	%	%		
Centro Oeste	83.727	74,4%	24.481	21,8%	4.330	3,8%	112.538	100,0%
Nordeste	31.464	50,5%	8.509	13,7%	22.270	35,8%	62.243	100,0%
Norte	11.552	73,8%	1.649	10,5%	2.460	15,7%	15.661	100,0%
Sudeste	148.014	46,2%	43.139	13,5%	129.231	40,3%	320.384	100,0%
Sul	65.084	78,3%	10.477	12,6%	7.525	9,1%	83.086	100,0%
Total	339.841	57,2%	88.255	14,9%	165.817	27,9%	593.912	100,0%

Distribuição de prêmio líquido de resseguro

Região Geográfica	Patrimônio líquido	Resposta-bilidade	Riscos Financeiros	Total (*)	%	%		
Centro Oeste	9.020	58,1%	5.024	32,3%	1.492	9,6%	15.536	100%
Nordeste	5.301	33,5%	4.495	28,4%	6.014	38,0%	15.811	100%
Norte	3.127	67,8%	402	8,7%	1.085	23,5%	4.612	100%
Sudeste	8.855	15,2%	24.402	41,8%	25.084	43,0%	58.342	100%
Sul	12.300	55,7%	7.281	33,0%	2.488	11,3%	22.070	100%
Total	38.803	33,2%	41.604	35,8%	36.162	31,1%	116.370	100%

(*) Esse montante não inclui prêmios de riscos vigentes não emitidos (R\$20.206).

Concentração de riscos - moeda

A Fator Seguradora S.A. não possui concentrações de riscos significativas em moeda estrangeira, as emissões ocorrem substancialmente em moeda nacional.

Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte, de uma operação financeira, não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais.

A Seguradora possui política para aceitação e precificação do risco que estabelece limites para cada contraparte, através de análise da capacidade econômico-financeira, tempo de atividade e histórico de relacionamento do cliente no mercado.

Os ativos financeiros da Seguradora foram classificados e distribuídos conforme definições e tabelas abaixo:

Definições das classificações de qualidade

• Forte: Exposições demonstram uma forte capacidade de cumprir compromissos financeiros, com probabilidade insignificante ou baixa de inadimplência e/ou níveis de perda esperada.

• Boa: Demonstra boa capacidade de cumprir compromissos financeiros, com baixo risco de inadimplência e são monitoradas regularmente.

• Satisfatória: Exposições que precisam de maior grau de monitoramento porque demonstram capacidade média a regular de cumprir compromissos financeiros.

• Abaixo do padrão: Exposições que necessitam de monitoramento constante e atenção especial, visto que o risco de inadimplência é maior.

• Em atraso, mas não deteriorada: Exposições que precisam de atenção especial e monitoramento constante, porque estão em atraso. São operações que normalmente demonstram curtos períodos de inadimplência, com expectativa mínima de perda efetiva após adoção de processos de cobrança.

• Deteriorada: Exposições que foram avaliadas, individual ou coletivamente, como deterioradas e há necessidade de processo judicial para tentativa de recuperação.

Classificações de qualidade

Sem atraso, nem deteriorado	Média		Em atraso, mas não deteriorada	Deteriorada	Redução ao valor recuperável	Total
	Satis-fatória	Boa				
Em 31 de dezembro de 2022						
Ativos financeiros designados ao valor justo	336.227	51.793	-	-	-	388.020
Prêmios a receber	-	-	-	-	-	-
Operações com seguradoras	-	-	-	-	-	-
Operações com resseguradores	-	-	-	-	-	-
Outros créditos operacionais	-	-	-	-	-	-
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	-	-
Total	336.227	51.793	-	-	-	388.020

A Seguradora adota política de gerenciamento das exposições de suas contrapartes de resseguro, que limita o impacto de eventual inadimplência das resseguradoras.

O quadro abaixo demonstra os resseguros cedidos, brutos de comissões, riscos vigentes não emitidos e despesas diferidas, por classe e "rating" atribuído por agências de classificação:

Resseguradoras	Classe	Agência de classificação de risco	Prêmios de Resseguros Cedidos		Prêmios de Resseguros Cedidos - %	
			Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21
Local 1 (*)	Local	"Sem rating"	2.197	2.045	0,46%	0,57%
Local 2	Local A+	A. M. Best Company	13.075	9.423	2,74%	2,62%
Local 3 (*)	Local	"Sem rating"	29	35	0,01%	0,01%
Local 4	Local B++	A. M. Best Company	35.377	25.742	7,41%	7,17%
Local 5	Local A+	A. M. Best Company	1.615	21	0,34%	0,01%
Local 6 (*)	Local	"Sem rating"	2.959	1.357	0,62%	0,38%
Local 7 (*)	Local	"Sem rating"	28.232	14.537	5,91%	4,05%
Local 8 (*)	Local	"Sem rating"	32.189	12.641	6,74%	3,52%
Local 9	Local A-	A. M. Best Company	67.760	64.210	14,19%	17,88%
Local 10	Local A+	Standard & Poor's / FITCH	10.779	10.119	2,26%	2,82%
Local 11 (*)	Local	"Sem rating"	2.466	13.256	0,52%	3,69%
Local 12	Local A+	A. M. Best Company	6.338	9.253	1,33%	2,58%
Local 13 (*)	Local	"Sem rating"	5.484	6.128	1,15%	1,71%
Eventual 1	Eventual A	A. M. Best Company	54.873	17.611	11,49%	4,91%
Eventual 2	Eventual A+	A. M. Best Company	13	2	0,00%	0,00%
Eventual 3	Eventual A	A. M. Best Company	508	823	0,11%	0,23%

Resseguradoras	Classe	Agência de classificação de risco	Prêmios de Resseguros Cedidos		Prêmios de Resseguros Cedidos - %	
			Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21
Eventual 4	Eventual A	A. M. Best Company	917	200	0,19%	0,06%
Eventual 5	Eventual A	A. M. Best Company	268	1.827	0,04%	0,04%
Eventual 6	Eventual A	A. M. Best Company	184	268	0,04%	0,07%
Eventual 7	Eventual A	A. M. Best Company	4.290	1.782	0,90%	0,50%
Eventual 8	Eventual A+	A. M. Best Company	440	647	0,09%	0,18%
Eventual 9	Eventual A+	A. M. Best Company	12.417	10.265	2,60%	2,86%
Eventual 10	Eventual A+	Standard & Poor's / FITCH	1.327	1.165	0,28%	0,32%
Eventual 11	Eventual A+	Standard & Poor's / FITCH	455	1.446	0,10%	0,40%
Eventual 12	Eventual A	Standard & Poor's / FITCH	94	2	0,02%	0,00%
Eventual 13	Eventual A	A. M. Best Company	37	-	0,01%	0,00%
Eventual 14	Eventual A+	Standard & Poor's / FITCH	21.252	14.242	4,45%	3,97%
Eventual 15	Eventual A	A. M. Best Company	917	7	0,19%	0,00%
Eventual 16	Eventual A+	A. M. Best Company	29.407	11.731	6,16%	3,27%
Eventual 17	Eventual A	A. M. Best Company	4.040	4.075	0,85%	1,14%
Eventual 18	Eventual A+	A. M. Best Company	1.542	-	0,32%	0,00%
Eventual 19	Eventual A	A. M. Best Company	(7)	24	0,00%	0,01%
Eventual 20	Eventual A+	Standard & Poor's / FITCH	5.863	3.469	1,23%	0,97%
Eventual 21	Eventual A	A. M. Best Company	11.127	10.750	2,33%	2,99%
Eventual 22	Eventual A	Standard & Poor's / FITCH	368	324	0,08%	0,09%
Eventual 23	Eventual A	A. M. Best Company	4.349	2.682	0,91%	0,75%
Eventual 24	Eventual A+	A. M. Best Company	1.160	2.861		

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dez/22	Dez/21
(I) Ajustes temporais	625	726
(II) Outros créditos a compensar	10.761	11.651
Créditos tributários de IRPJ a restituir	—	106
(III) Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	4.134	6.214
Total	15.520	18.697
Circulante	8.204	6.515
Não circulante	7.316	12.182

	31/12/2021	Constituições	Reversões/	31/12/2022
Ajustes temporais	726	4.970	(5.071)	625
Prejuízo fiscal e base negativa (IV)	6.214	—	(2.080)	4.134
Totais	6.940	4.970	(7.151)	4.759

(I) Os créditos tributários de ajustes temporais referem-se, substancialmente, a ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado, provisões para perdas de recebíveis, provisões para riscos e outras provisões temporárias. A Seguradora observou, em estudo técnico, que as realizações ocorrerem no período de um ano e que as constituições e realizações se mantiveram estáveis ao longo do tempo;

(II) Outros créditos a compensar referem-se, substancialmente, a créditos tributários de períodos anteriores e a antecipações do exercício e serão compensados dentro do prazo estabelecido pelo Decreto nº 3000/99, artigos 988 a 903;

(III) Em 31 de dezembro de 2022, a seguradora possui prejuízo fiscal de imposto de renda no valor de R\$ de R\$ 2.226 e base negativa de contribuição social no valor de R\$ 1.908, constituídos;

(IV) A Fator Seguradora é obrigada ao regime de tributação pelo lucro real, em conformidade com o inciso II do artigo 14 da Lei nº 9.718/1998, assim como a uma alíquota de 15% para a CSLL e para o IRPJ a alíquota de 15% adicionada de 10% para valores acima de R\$ 240 por ano.

Assim, a Seguradora está sujeita a pagamentos mensais dos tributos com adoção do balancete de suspensão/redução.

A Lei nº 14.446, de 02 de setembro de 2022, aumentou a alíquota da CSLL de 15% para 16% de agosto a dezembro de 2022.

A seguradora elaborou estudo técnico que demonstra o exercício de realização dos créditos tributários, decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa e ajustes temporais, tendo como embasamento a geração de lucro tributável para fins de IRPJ e CSLL:

	Saldo em 31/12/2022	Realização em até 1 ano	Realização em até 2 anos
Prejuízo fiscal de imposto de renda	2.226	(1.539)	(687)
Base negativa de contribuição social	1.908	(923)	(985)
Ajustes temporais de imposto de renda	391	(391)	—
Ajustes temporais de contribuição social	234	(234)	—
Total	4.759	(3.087)	(1.672)

13. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Seguradora possui contingências para as quais os valores provisionados cobrem os riscos mediante a análise da probabilidade de perda de cada ação, que são conciliadas pela Administração considerando as perdas históricas, os riscos envolvidos e a avaliação dos consultores jurídicos.

Os principais processos em aberto, em 31 de dezembro de 2022, são:

Provisão para riscos fiscais

Os processos fiscais referem-se a questionamentos que envolvem a discussão sobre a incidência de impostos, contribuições e encargos sociais, como discussão sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos através de cartões de incentivo, compensações de tributos não reconhecidas ou reconhecidas parcialmente, pela Receita Federal do Brasil.

Sinistros em discussão judicial

Todos os processos relativos a sinistros indenizados ou a indenizar em seus diversos estágios processuais são contabilizados com base na avaliação interna conjugada com as avaliações de riscos efetuadas e valores informados pelos consultores jurídicos da Seguradora, tendo em vista o mérito das causas, o estágio processual, a importância segura contratada e a natureza das coberturas das apólices. Esses passivos contingentes estão registrados na rubrica "Sinistros a liquidar".

Provisão para riscos cívies

Os processos cívies referem-se a autuações efetuadas pelo órgão regulador e questionamentos referentes, principalmente, a prêmios de seguros.

Provisão para riscos trabalhistas

Os processos trabalhistas que envolvem a Seguradora são relativos a horas extras, e reflexos, intervalo intrajornada e férias em dobro acrescidas do tempo constitucional, devoluções de perdas de danos econômicos, descontos de seguros e vale-alimentação em folha de pagamento.

O quadro de processos em curso, de acordo com a avaliação da administração é assim sumarizado:

	Quantidade de ações		Valor estimado pela Administração		Provisão contábil		Depósitos judiciais	
	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21
Fiscais:								
Provável	1	1	57	54	57	55	54	55
Possível (I)	1	4	—	1.107	—	—	—	—
Remota	3	2	239	—	—	—	—	—
Total	5	7	296	1.161	57	55	54	55
Sinistros: (II)								
Provável	11	1	27.066	103	20.701	10.120	—	—
Possível	5	6	247.120	11.696	790	2.240	—	117
Remota	21	20	15.328	257	301	643	—	—
Total	37	27	289.514	12.056	21.792	13.003	—	117
Cívies:								
Provável	1	1	83	77	83	77	—	—
Possível (III)	4	14	1.063	2.829	—	—	—	—
Remota	—	2	—	—	—	—	—	—
Total	5	17	1.146	2.906	83	77	—	—
Trabalhistas:								
Provável	—	—	—	—	—	—	—	—
Possível (IV)	2	1	322	2.922	322	—	—	—
Remota	2	2	13	13	—	—	—	—
Total	4	3	335	2.935	322	—	—	—
Total geral	100	54	291.291	19.058	22.254	13.134	54	172

Ativo não circulante - depósitos judiciais

Passivo circulante - provisões judiciais

Passivo não circulante - provisões judiciais

Passivo não circulante - sinistros a liquidar

(I) Os processos fiscais no valor de R\$1.107 (R\$1.088 em 2021), classificados como de perda possível, referem-se a questionamentos que envolvem a discussão sobre a incidência e reconhecimento de

16. DETALHAMENTO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTO DE AQUISIÇÃO POR RAMOS - SEGUROS

a) Provisões técnicas

Ramos	Provisão para prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados		Provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER		Totais	
	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21
Compreensivo Empresarial	31.520	31.056	46.627	36.196	1.942	244	58	55	4.190	2.323
Lucros Cessantes	11.040	6.600	—	—	—	—	—	—	11.040	6.600
Responsabilidade civil ambiental	651	304	—	—	—	—	—	—	651	304
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	22.932	22.094	34.893	20.695	12.781	4.464	134	21	5.563	3.085
Responsabilidade civil profissional - E&O	18.076	12.192	5.853	23.366	948	924	173	237	1.379	765
Responsabilidade civil geral	10.659	4.046	9.721	6.169	672	1.290	69	57	1.455	807
Riscos Diversos	1.115	924	476	1.645	493	224	31	35	85	47
Riscos de Engenharia	29.189	19.222	2.553	655	—	2	1	1	1.719	953
Garantia seguro - Setor público	211.298	185	58.105	15.674	5.040	6.723	126	62	9.607	5.327
Garantia seguro - Setor privado	44.858	20.448	993	380	3.286	—	1.137	385	210	117
Riscos nomeados e operacionais	118.065	72.540	135.572	128.420	7.874	140	434	648	25.437	14.104
Fiança Locatícia	6.093	4.020	—	3	—	—	—	—	1	6.094
Total	505.496	378.394	294.733	222.176	33.036	14.009	2.164	1.502	49.646	27.530

b) Custos de aquisição diferido

b.1) Custos de aquisição diferido

Ramos	Provisão prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados		Provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER		Totais	
	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21
Saldo no início do exercício	378.394	287.825	222.176	121.376	14.009	8.402	1.502	1.050	27.529	20.227
Constituições decorrentes de prêmios	614.118	450.575	—	—	—	—	—	—	614.118	450.575
Diferimentos pelo risco decorrido	(487.016)	(360.006)	—	—	—	—	—	—	(487.016)	(360.006)
Avisos de sinistros	—	—	143.272	125.562	—	—	8.038	6.553	—	—
Cancelamentos de sinistros	—	—	(106.065)	(109.684)	—	—	(82)	(309)	—	—
Ajustes de estimativas de sinistros	—	—	178.065	125.891	—	—	(133)	(573)	—	—
Pagamentos de sinistros	—	—	(159.170)	(40.519)	—	—	(7.813)	(5.536)	—	—
Correção monetária de sinistros a liquidar	—	—	7.746	321	—	—	—	—	—	—
Reversões/constituições de despesas estimadas relacionadas aos sinistros	—	—	—	—	—	—	652	317	22.117	7.303
Outras constituições/(reversões)	—	—	8.710	(771)	19.027	5.607	—	—	27.737	4.836
Saldo no final do exercício	505.496	378.394	294.733	222.176	33.036	14.009	2.164	1.502	49.646	27.530

b.2) Custos de aquisição diferido - movimentações

Ramos	Dez/22		Dez/21	
	Compreensivo Empresarial	2.492	1.666	—
Lucros Cessantes	1.028	739	—	—
Riscos de engenharia	2.728	1.450	—	—
Riscos Diversos	128	126	—	—
Riscos nomeados e operacionais	7.703	4.900	—	—
Fiança Locatícia	1.195	796	—	—
Garantia seguro - setor público	43.152	36.044	—	—
Garantia seguro - setor privado	10.242	4.470	—	—
Responsabilidade civil ambiental	52	38	—	—
Responsabilidade civil geral	1.868	662	—	—
Responsabilidade civil Profissional - E&O	3.309	2.163	—	—
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	1.061	1.342	—	—
Total	74.958	54.396	—	—
Circulante	50.781	28.970	—	—
Não circulante	24.177	25.426	—	—

b.2) Custos de aquisição diferido - movimentações

Ramos	Dez/22		Dez/21	
	Saldo no início do exercício	54.396	41.258	—
Constituições decorrentes de comissões	74.357	52.603	—	—
Diferimentos pelo risco decorrido	(53.796)	(39.465)	—	—
Saldo no final do exercício	74.958	54.396	—	—

c) Prêmios de resseguros diferidos

Ramos	Dez/22		Dez/21	
	Compreensivo Empresarial	23.779	23.231	—
Lucros Cessantes	10.365	5.030	—	—
Riscos de engenharia	23.610	14.642	—	—
Riscos Diversos	1.122	865	—	—
Riscos nomeados e operacionais	93.514	56.249	—	—
Responsabilidade civil ambiental	413	45	—	—
Responsabilidade civil geral	2.632	1.421	—	—
Fiança Locatícia	3.109	1.946	—	—
Garantia seguro - setor público	90.660	79.961	—	—
Garantia seguro - setor privado	21.166	9.695	—	—
Responsabilidade civil Profissional - E&O	4.547	3.977	—	—
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	15.319	13.773	—	—
Total	290.336	210.832	—	—

c.1) Prêmios de resseguros diferidos - movimentações

Ramos	Dez/22		Dez/21	
	Saldo no início do exercício	210.832	147.762	—
Constituições decorrentes dos riscos cedidos no exercício	405.932	291.798	—	—
Diferimentos pelo risco decorrido	(326.428)	(228.728)	—	—
Saldo no final do exercício	290.336	210.832	—	—

Os valores correspondentes aos riscos cedidos em resseguros são contabilizados no ativo, na rubrica "Ativos de resseguros - provisões técnicas", líquido das receitas de comercialização de resseguro diferidas, em contrapartida do resultado. O diferimento dos prêmios de resseguros segue o mesmo critério dos prêmios retidos, ou seja, o diferimento ocorre pelo prazo de vigência de cada risco.

variações monetárias ativas de depósitos judiciais para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, de períodos anteriores, encerrado em maio de 2017 a favor da Fator Seguradora e discussão sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos através de cartões de incentivo, ainda em andamento;

(II) A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL (judicial) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro;

(III) Os processos cívies no valor de R\$1.063 (R\$2.829 em 2021), classificados como de perda possível, principalmente a reclamações de natureza civil relacionadas a processos reclamatórios de sinistros judicial e ações oriundas do Run-off da Seguradora Cigna;

(IV) A provisão para a ação trabalhista classificada como possível, representa 100% da reclamação sem ter ocorrido até a presente data a 1ª audiência.

	Fiscais	Sinistros	Cívies	Trabalhistas	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	54	13.003	77	—	13.134
Constituições/Reestativas (I)	3	8.789	—	322	9.120
Saldo em 31 de dezembro de 2022	57	21.792	83	322	22.554

(I) Referem-se a atualizações monetárias, provisões para novos processos judiciais, constituições, reversões e complementos em razão da atualização das posições dos consultores jurídicos.

14. OUTROS VALORES E BENS

O contrato de arrendamento compreende a locação de imóvel, vigente desde 2020. Quando da adoção inicial da nova política (CPC 06 (R2)) o saldo de abertura de cada componente afetado foi ajustado para o período mais antigo apresentado, como se essa política já tivesse sido aplicada anteriormente. O ativo de direito de uso é classificado no não circulante, enquanto o passivo de arrendamento é segregado de acordo com a exigibilidade contratual, conforme a Circular SUSEP nº 517/2015 e Circular SUSEP 648/21 no que aplicam no exercício inicial em 2021.

14.1. Ativos de direito de uso

	Dez/22	Dez/21
Adoção inicial	4.003	2.678
Depreciação acumulada	(1.157)	(394)
Saldo do ativo de direito de uso	2.846	2.284

14.2. Passivos de arrendamento

Fator Seguradora S.A.
CNPJ 33.061.862/0001-83

fator seguradora

continuação

A DIRETORIA

CONTADOR

ATUÁRIO

Alexandre Lopes Aranda
CRC 1SP220758/O-5

Marcos Falcão
MIBA 893

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES ANO-BASE: 2022

Aos Diretores e Acionistas da Fator Seguradora S.A.

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da FATOR SEGURADORA S.A., em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da FATOR SEGURADORA S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no

parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da FATOR SEGURADORA S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. A Sociedade não operou com retrocesso no ano-base.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião sem ressalva

Em nossa **opinião**, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Fator

Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP de Prêmios e de Sinistros (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), em seus aspectos mais relevantes, tendo sido informado pela Sociedade à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

Miki Massui - Atuária MIBA nº 825

Av. Paulista nº 807, conjunto 2315, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01311-100

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e aos Administradores da

Fator Seguradora S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fator Seguradora S.A. ("Seguradora" e/ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fator Seguradora S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Fator Seguradora S.A. correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 26 de fevereiro de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião;
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Neste contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras;
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria;

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo;

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
 - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

bakertilly

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-031.269/O-1

Ricardo Afonso Parra

Contador CRC 1SP-237.688/O-4

Renato Ruiz Filiciano da Silva

Contador CRC 1SP-268.528/O-6

fatorseguradora.com.br